

livros



HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL EM PERSPECTIVA CRÍTICA: POLÍTICAS PÚBLICAS, CRIAÇÃO ARQUITETÔNICA E FORMAS DE VIDA URBANA

Paulo César Garcez Marins

OS PIONEIROS DA HABITAÇÃO SOCIAL,
DE NABIL BONDUKI E ANA PAULA KOURY (ORGS.), SÃO PAULO,
ED. UNESP/EDIÇÕES SESC, 2014, VOL. 1 – 400 P.; VOL. 2 – 512 P.; VOL. 3 – 296 P.

Aguardado há mais de dez anos por grande parte da comunidade científica dedicada à história da habitação e da arquitetura moderna no Brasil, a coleção de três livros denominada *Os Pioneiros da Habitação Social*, organizada por Nabil Bonduki e Ana Paula Koury, supera qualquer expectativa. Obra de envergadura jamais vista na produção editorial brasileira voltada à história da arquitetura e das cidades, seus volumes abrigam 1.171 páginas, frutos de uma pesquisa coletiva realizada entre 1997 e 2010, desencadeada a partir da tese de doutoramento de Bonduki apresentada à FAU-USP em 1994, denominada *Origens da Habitação Social no Brasil*, e expandida a partir de um grupo de pesquisa por ele liderado, que, além desses três livros, gerou numerosas teses e dissertações que igualmente alimentaram essa coleção.

O primeiro volume, escrito inteiramente por Bonduki, denomina-se *Cem Anos de Construção de Política Pública no Brasil*, focalizando o período que se estende desde a implantação do Bairro Operário Marechal Hermes, em 1912, até a contemporaneidade, sendo constituído de duas partes. Na primeira delas, o autor detalha o que considera serem as cinco etapas da trajetória nacional de práticas de construção de habitação popular, desde os primórdios da produção

rentista, marcada pelos cortiços e vilas operárias, passando pelas ações da Fundação A Casa Operária, na década de 1920, pela produção massificada do BNH, na década de 1970, e pela inovação dos mutirões dos anos 1980 e 1990, até as atuais políticas de habitação, capitaneadas sobretudo pelo Programa Minha Casa Minha Vida. O núcleo gerador da pesquisa concentra-se, entretanto, na produção de habitação social ocorrida entre 1930 e 1964.

A síntese almejada por Bonduki é resultado de várias décadas de reflexão nesse campo temático, trajetória que teria seu ponto nodal em 1994, com a apresentação de sua tese, referida acima, mas que se iniciara já desde a publicação de seu primeiro artigo, “Origens do Problema da Habitação Popular em São Paulo” (in *Espaço & Debates*, n. 5, 1982, pp. 81-111). Esse trabalho inaugural, contemporâneo a uma geração de publicações que lançou trabalhos voltados ao estudo do cotidiano das camadas populares na cidade brasileira republicana (como os de Nicolau Sevcenko e Edgar de Decca) e a novas formas de inserção e habitação do espaço urbano das metrópoles que surgiam (como os de Eva Blay, Marta Farah, Lucio Kowarick

PAULO CÉSAR GARCEZ MARINS é professor do Museu Paulista da Universidade de São Paulo e dos Programas de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP e em Museologia (Interunidades) da USP.

e Ermínia Maricato), permitiu a Bonduki trazer para os estudos da arquitetura e da cidade produzidos na USP uma perspectiva inovadora, de atenção à produção massificada de habitação, que nascia como resposta às contradições sociais da sociedade capitalista. Nesse sentido, sua ação intelectual inseria-se também numa geração de intelectuais em que a era Vargas, nomeadamente o Estado Novo, foi compreendida por cientistas sociais – como Sérgio Miceli, Angela de Castro Gomes, Simon Schwartzman, Helena Bomeny e Vanda Ribeiro Costa – como um período-chave de inflexão na trajetória cultural do país, a partir de uma presença massiva do Estado como produtor e mediador de cultura. Se a Lei do Inquilinato de 1942 já representara uma intervenção direta de Vargas nas relações sociais e na produção do espaço urbano, o impulso à construção de conjuntos habitacionais pelos institutos indicava a Bonduki a indispensabilidade de refletir sobre como os conjuntos residenciais – em sua progressiva adesão a princípios do funcionalismo e do racionalismo – representavam e sustentavam uma nova imagem do cidadão almejada pelo regime varguista, num processo que se estenderia, não sem variações, até o golpe militar de 1964.

A segunda parte desse primeiro volume detalha justamente esse período, que se pode considerar a “era de ouro” da habitação social, abarcando a produção havida entre a Revolução de 1930 e a deposição de Jango. Atuaram nessas décadas, de maneira intensa, os institutos de aposentadoria e pensões, especialmente o Iapi (industriários), o IAPC (comerciários) e o IAPB (bancários), responsáveis pela construção dos primeiros grandes blocos de habitação no Brasil. Pautada por uma diversidade projetual e tipológica muito grande (que vai desde blocos seriados e vilas a casas e edifícios de apartamentos individuados), a produção residencial dos institutos inaugurou a ação governamental na promoção da habitação para camadas populares e médias, constituindo um dos grandes legados culturais – bastante opacos até essa publicação – da era Vargas. Bonduki destaca ainda três grandes iniciativas habitacionais nesse período, realizadas pela Fundação da Casa Popular, pela Liga Social Contra o Mocambo e pelo Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Distrito Federal – este último célebre por ter edificado o mais famoso desses conjuntos, o serpenteante Pedregulho, projetado por Affonso Eduardo Reidy, com a colaboração de Francisco Bolonha, Carmen Portinho, Burle Marx, entre outros. Completa o volume a indicação de

outras iniciativas habitacionais espalhadas pelos estados da federação, como as da Fundação Leão XIII e da Cruzada São Sebastião, no Rio de Janeiro, ou do Cecap e do Ipesp, em São Paulo, que constituem, por si sós, uma ampla sinalização para novas pesquisas.

O segundo volume, intitulado *Inventário da Produção Pública no Brasil entre 1930 e 1964*, relaciona-se diretamente com a segunda parte do primeiro, visto que apresenta um inventário – de escala também sem precedente em publicações nacionais relativas à arquitetura moderna – contendo fichas individuais de 325 ocorrências, entre blocos habitacionais, vilas e edifícios, construídos entre 1930 e 1964, localizados em 81 municípios de 24 unidades da Federação (incluindo os dois Distritos Federais do período, Rio de Janeiro e Brasília). Além dos já mencionados Iapi, IAPC e IAPB, são também analisados os conjuntos do Ipase (servidores do Estado), IAPTEC (empregados em transportes e cargas), Iape (estiva), IAPM (marítimos), CAP (caixa de aposentadoria e pensões), Iapfes e Capfesp (ferroviários e serviços públicos), Liga Social Contra o Mocambo, Serviço Social contra o Mocambo, Fundação da Casa Popular, Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Distrito Federal, entre outros. Um último bloco refere-se a conjuntos criados em áreas industriais (Volta Redonda, Duque de Caxias/Xerém, Ipatinga) e em Brasília, alcançando desde blocos sobre pilotis erguidos pelo IAPB, Iapi, IPC, Iaptec e Banco do Brasil nas superquadras, até experiências pouco lembradas, como os blocos sem térreo livre nas SQS 409 a 414, erguidas pelo Iapi e pela Fundação da Casa Popular, ou as casas geminadas erguidas pela Caixa Econômica Federal, Ipase e Fundação da Casa Popular.

Inventários costumam, por vezes, ser elaborados como um fim em si, seja para conhecimento de uma dada manifestação arquitetônica (autoral, tipológica, estilística, etc.), ou para fins de eleição e exemplares para a preservação patrimonial. Esse segundo volume, que cumpre com rigor os procedimentos tradicionais de descrição que caracterizam um inventário – como levantamentos de implantação, plantas, datação, autoria, entidade promotora ou indicação de área construída –, constitui, a meu ver, o cerne do projeto, seu *cuore*, mas jamais sua finalidade maior. É a partir desse formidável levantamento que se pode compreender a vastidão dessa produção, a dimensão da ação social dos institutos (e de seu impacto como agentes indiretos do Estado), das imensas possibilidades de atuação profissional que se

abriram para arquitetos em quase todos os estados do país (vários deles ausentes, ou com pálida referência, nos livros de história da arquitetura moderna brasileira), para construtoras, para operários qualificados.

A fortuna de dados oferecidos nesse segundo volume (que conta com 512 páginas, pouco menos da metade do total da obra completa) permite agora a construção de recortes diversos, que podem vir a aprofundar a atuação de cada uma das agências promotoras, de seus referenciais formais, da atuação de arquitetos, de suas opções de financiamento e investimento direto. Carlos Ferreira Martins, na apresentação desse volume, apontou que narrativas historiográficas referenciais da arquitetura moderna brasileira, como a de Yves Bruand, pouco notaram sua presença ou importância para a disseminação dessa arquitetura. Excessivamente focadas nos edifícios de escala ou função monumentais (como edifícios administrativos, palácios governamentais, museus, pavilhões, escolas, edifícios de escritório ou fábricas) ou, em contraponto, nas casas “de arquiteto”, essas narrativas jamais se detiveram seriamente – com exceção do Pedregulho e, eventualmente, do conjunto da Gávea – nessa ostensiva produção de blocos seriados em todo o país, que levou o modernismo para o cotidiano das classes média e popular.

O segundo volume, portanto, permite lançar uma base de conhecimento seriada quanto às formas de habitação desses segmentos sociais numa escala também jamais vista em publicações nacionais. As plantas e imagens fotográficas de palacetes ecléticos ou neocoloniais, de casas unifamiliares modernas ou de edifícios de apartamentos são bastante acessíveis, visto que tradicionalmente foram nelas depositadas as maiores expectativas analíticas relativas a questões de estilo, a programas de necessidades complexos ou a seu papel na implantação ou mediação de novas formas de sociabilidade. Não há como não reconhecer que se estabilizou uma visão quase classista, que pouco se ateu nas habitações da maior parte da sociedade brasileira.

Isso não é, decerto, uma peculiaridade apenas da historiografia nacional, visto que países com ampla atuação de agências promotoras de habitação social desde o século XIX têm uma bibliografia restritíssima sobre blocos habitacionais ou outras formas de habitação de camadas populares. Se a Alemanha ou a Áustria podem ser consideradas exceções, a França, por exemplo, ainda certamente não pode, visto que as perspectivas abertas pela edição do clássico livro de Roger-Henri Guerrand, *Les Origines du Logement Social en France, 1850-*

1914, publicado em 1966, costumam a se expandir. Embora marcada pelos conjuntos habitacionais das Fundações Rothschild, Weill, Lebaudy e pelos blocos das Habitations à Bon Marché (HBM) e, após 1949, das Habitations à Loyer Modéré (HLM), a França tem, ainda hoje, poucos exemplos de publicações que se dedicaram a compreender essas formas de habitação, suas variações estilísticas, sanitárias, espaciais e suas implicações para as modificações das agências domésticas e das formas de sociabilidade nas periferias¹. Ainda que os graves distúrbios sociais que explodiram nas duas últimas décadas nas periferias cobertas de *grands ensembles* tenham chamado a atenção para os bairros monótonos, excessivamente massificados, em que a arquitetura é parte e agente de uma paisagem socialmente áspera, nada, paradoxalmente, chamou mais a atenção no âmbito de publicações relativas a estudos de experiências de habitação social do que as *unités d’habitation* de Corbusier, sobretudo a de Marselha. Exceção evidente, essa obra de arte notável, sempre lembrada nos compêndios de história da arquitetura, jamais conseguiu constituir-se como modelo de qualidade para a habitação social na França, senão nas raras réplicas de Rezé, Briey e Firminy, além de Berlim. Os lugares das maiorias permanecem, assim, ainda muito opacos.

Na Argentina, o surto de construções de habitação social no governo de Perón ganhou abordagem bibliográfica recente, em estudos que focalizaram iniciativas de blocos horizontais (como os conjuntos 17 de Octubre e Los Perales), blocos verticalizados (Curapaligüe), ou casas seriadas (como em Villa Concepción ou no Barrio 1º de Marzo)².

1 Destaco, nesse sentido, as obras de: Marie-Jeanne Dumont, *Le Logement Social à Paris, 1850-1930 – les Habitations à Bon Marché*, Liège, Mardaga, 1991; Roger-Henri Guerrand et al., *La Modernité des HLM – Quatre-vingt-dix ans d’Engagements des Offices pour un Habitat Solidaire*, Paris, La Découverte, 2003; Youri Carbonnier, *Les Premiers Logements Sociaux en France*, Paris, La Documentation Française, 2008; Gérard Monnier; Richard Klein (dir.), *Les Années ZUP. Architectures de la Croissance, 1960-1973*, Paris, Picard, 2002; Pierre Merlin, *Les Grands Ensembles, des Discours Utopiques aux “Quartiers Sensibles”*, Paris, La Documentation Française, 2010; Richard Klein, *Les Grands Ensembles – Une Architecture du XXème Siècle*, Paris, Dominique Carré, 2011; Gwenaëlle Le Goullon, *Les Grands Ensembles en France: Genèse d’Une Politique Publique (1945-1962)*, Paris, Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 2014.

2 Ver Anahi Ballent, *Las Huellas de la Política – Vivienda, Ciudad, Peronismo en Buenos Aires, 1943-1955*, Bernal, Universidad Nacional de Quiles; Prometeo 3010, 2005; Ramón Gutiérrez (ed.); Elisa Radovanovic; Carlos Balmaceda (orgs.), *La Habitación Popular Bonaerense, 1943-1955 – Aprendiendo en la Historia*, Buenos Aires, Cedodal, 2011.

Habitações populares em experiências de habitação popular anteriores a Perón, como os conjuntos promovidos pela Comisión Nacional de Casas Baratas ou por seu contemporâneo, El Hogar Obrero, bem como aquelas viabilizadas pelo Banco Hipotecario Nacional ou pelo Fondo Nacional de la Vivienda, apenas começam a despontar na bibliografia argentina³.

Não é exagero imaginar, portanto, que esse inventário, coordenado por Bonduki e Ana Paula Koury, possa ser considerado, assim como toda a coleção, uma obra de alcance e impacto internacional. Tal projeção se completa no terceiro volume da coleção, denominado *Onze Propostas de Morar para o Brasil Moderno*, dedicado a estudos monográficos sobre 11 conjuntos – Realengo, Olaria, Pedregulho, Penha, Deodoro, Casa da Bancária e Paquetá (Rio de Janeiro), Várzea do Carmo e Japurá (São Paulo), Lagoinha (Belo Horizonte) e Passo d'Areia (Porto Alegre) – escolhidos por sua “qualidade arquitetônica, inserção urbana, diversidade de soluções tipológicas e construtivas e valorização do espaço público”, além da diversidade de promotores e da importância dos arquitetos responsáveis. Esses eleitos ganharam tratamento analítico especial, constituído pelos eixos *contexto de intervenção, concepção urbanística, apresentação e análise do projeto* (contendo modelagens eletrônicas) e, por fim, uma *reflexão sobre a atualidade da proposta*, indicando potências capazes de inspirar novas políticas e projetos de habitação.

A seleção monográfica, que nasceu obviamente polêmica – por que não o conjunto dos Marítimos de Santo Cristo (IAPM), no Rio; a Vila Guiomar em Santo André (Iapi); o Nove de Julho, em São Paulo (IAPB) ou os localizados nos estados nordestinos? –, não é certamente algo gratuito. Nasceu justamente da articulação entre a construção do panorama, alimentado pela inserção de cada unidade no inventário geral, e das comparações que ele permite, bem como da dos temas das teses e dissertações das profissionais que as elaboraram – Amália Cristovão Santos, Flávia Nascimento Brito, Elaine Pereira Silva, Juliana Costa Mota, Maria Luiza de Freitas, Nilce Aravecchia Botas, Sálua Kairuz Manoel Poletto, várias delas orientadas por Bonduki⁴, que também foi coautor de sete dos estudos desse volume. Os estudos verticais contidos no terceiro volume desempenham, assim, um papel fundamental na coleção, pois qualificam as ideias da grande síntese de Bonduki, ao mesmo tempo em que permitem compreender a importância indispensável

da escala horizontal do inventário. É ele que permite realizar as comparações capazes de sinalizar marcos topográficos indispensáveis, visíveis pelas análises de conjunto.

Essa coleção, que já nasce clássica e indispensável, alcança essa condição não apenas pela solidez de sua documentação e das análises empreendidas, mas igualmente pela metodologia que articula esses diferentes níveis de problematização. Constitui-se assim como um paradigma para novos projetos de grande envergadura voltados ao estudo da arquitetura das metrópoles e cidades brasileiras, que demandam necessariamente a formação de equipes extensas (de estagiários a pós-doutorandos, todos eles, aliás, justamente nominados nessa coleção), fomentos vultosos e, sobretudo, o respeito ao trabalho lento que deve reger a reflexão acadêmica nas ciências humanas. Açodados por cobranças de produtividade ágil, e no mais das vezes estéril, nossos pesquisadores e grupos de cientistas estão cada vez mais desestimulados a construir resultados a longo prazo. As gerações de pesquisadores que se irmanam nessa coleção, aproximados pelas salas de graduação e de pós-graduação do IAU-USP e da FAU-USP, ousaram apostar nesses horizontes mais estimulantes.

A generosidade de dados, fontes iconográficas, referências bibliográficas e reflexões que caracteriza esses três volumes abre, por fim, novas agendas de pesquisa para campos disciplinares tão distintos quanto a arquitetura e a ciência política, o urbanismo e a antropologia, a história ou a gestão de políticas públi-

3 Ver Anahi Ballent; Jorge Francisco Liernur, *La Casa y la Multitud, – Vivienda, Política y Cultura en la Argentina Moderna*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2014, espec. caps. V, VII, VIII, X.

4 Nilce Cristina Aravecchia Botas, *Entre o Progresso Técnico e a Ordem Política: Arquitetura e Urbanismo na Produção Habitacional do Iapi*, tese de doutorado, FAU-USP, São Paulo, 2011; Flavia Nascimento Brito, *Blocos de Memórias: Habitação Social, Arquitetura Moderna e Patrimônio Cultural*, tese de doutorado, FAU-USP, São Paulo, 2011; idem, *Entre a Estética e o Hábito: o Departamento de Habitação Popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)*, dissertação de mestrado, EESC/USP [IAU/USP], São Carlos, 2005; Elaine Pereira Silva, *Eduardo Kneese de Mello e o Edifício da Rua Japurá*, dissertação de mestrado, EESC/USP [IAU/USP], São Carlos, 2003; Sálua Kairuz Manoel Poletto, *Referências Europeias de Arquitetura e Urbanismo nas Origens da Produção de Habitação de Interesse Social no Brasil (1930-1964)*, tese de doutorado – EESC/USP [IAU/USP], São Carlos, 2011; Sálua Kairuz Manoel, *Fundação da Casa Popular (1946-1964): Projeto Frustrado de Construção de uma Política Habitacional no Brasil*, dissertação de mestrado, EESC/USP [IAU/USP], São Carlos, 2004.

cas. Lembra também que as práticas de preservação patrimonial precisam abrir-se, tanto quanto esses pesquisadores o fizeram, para a salvaguarda dos lugares de vida de milhares de brasileiros das metrópoles e cidades brasileiras. Num momento em que as agendas políticas de inclusão se intensificam cada vez mais no país, essa coleção oferece numerosas sugestões para

pensar que o direito à moradia de interesse social nunca foi algo apenas concedido, mas algo conquistado duramente ao longo da história da República. Preservar os lugares e qualidades arquitetônicas dessas experiências vitoriosas é, certamente, um compromisso e uma inspiração para os que desejam qualificar as moradias e o futuro das cidades de nosso país.